

ARTIGO

A base do progresso

A Ciência e a Tecnologia não são a causa da crise que enfrentamos, mas, aliadas à Educação, podem ser a resposta

PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E LÍDERES*

Quem olha para a discrepante situação econômica de Brasil e China — o primeiro encontra dificuldades para crescer e tem uma economia calcada em commodities, enquanto o segundo apresenta uma pujança que ameaça os Estados Unidos — talvez não imagine que, até 1990, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro era superior ao chinês.

O que aconteceu nestes quase 30 anos? Com olhar estratégico, a China investiu pesadamente em pesquisa e desenvolvimento. Hoje, é o segundo país no mundo que mais reserva dinheiro à área, dedicando dez vezes mais recursos que o Brasil por ano.

A capacidade de transformação propiciada pela educação e pela ciência e tecnologia é admirável. E os números não deixam espaço para dúvidas: é altíssima a correlação entre o desenvolvimento econômico dos países e seu investimento em pesquisa e desenvolvimento, vide Estados Unidos, Alemanha, Japão, Coreia do Sul e Israel. Nesta era em que a riqueza das nações é calculada por sua capacidade de geração de conhecimento e inovação, torna-se, portanto, ainda mais fundamental e estratégica a oferta de uma educação de qualidade desde cedo, o incentivo a jovens talentos, o apoio a pesquisadores e o suporte material para o brilhantismo aflorar.

A direção é clara. O governo brasileiro, no entanto,

EM DEFESA DA CIÊNCIA

Líderes de partidos propõem resgatar financiamento à pesquisa para superar a crise econômica

Christina Queiroz

tem dado sinais em sentido contrário. Diante da crise econômica, em vez de ao menos manter os recursos voltados à área, o governo realizou um forte contingenciamento e tentou mudanças que poderiam ter desestruturado o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Informa-

ção, que, ao longo dos anos, se consolidou como um projeto de Estado, passando variados governos e até mudanças de regime.

É falsa a ideia de que a fusão da Capes e do CNPq otimizará a gestão do fomento científico ou gerará ganhos operacionais. Capes e CNPq são

instituições com missões diferentes e complementares. A Capes, na estrutura do Ministério da Educação, avalia e dá suporte aos cursos de pós-graduação, onde são feitos 95% da pesquisa brasileira, dedicando-se ao aperfeiçoamento de pessoal do ensino superior. Já o CNPq, dentro

do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, fomenta projetos de pesquisa e incentiva jovens promissores, sendo responsável por um terço da pesquisa em ciência no país. Ambos tinham sofrido cortes severos, com potencial de afetar gravemente a produção de conhecimento no Brasil. Mas, após negociação da Câmara dos Deputados com o governo federal, conseguimos garantir o descontingenciamento desses recursos.

Cerca de 8 mil bolsas da Capes foram cortadas neste ano, e o orçamento para 2020 foi reduzido praticamente pela metade. No CNPq, os cortes para o orçamento do ano que vem chegam a 88% na seção de fomento a projetos e redes de pesquisa e desenvolvimento. Além disso, a Finep, agência de inovação brasileira, sofre com a ameaça de transferência do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e a anexação dela mesma ao BNDES. Acontece que o próprio BNDES, onde o Fundo foi criado em 1969, entendeu por bem repassá-lo ao Ministério de Ciência e Tecnologia por concluir que não se deve misturar o financiamento de grandes empreendimentos empresariais e de infraestrutura com o financiamento de ciência e tecnologia.

O Fórum Econômico Mundial, em seu relatório global de competitividade, divulgado em outubro, destaca a importância de governos investirem em recursos

públicos para impulsionar pesquisas, melhorar a qualificação dos trabalhadores e avançar na questão tecnológica. A insistência na desestruturação a que assistimos hoje ignora os caminhos apontados pela economia global, em que a ciência e suas aplicações assumem papel cada vez mais central nos processos de agregação de valor e na definição de reputações dos países.

Se, com o baixo investimento público em Pesquisa e Desenvolvimento, a ciência brasileira foi capaz de descobrir a ligação entre o vírus da Zika e a microcefalia, desenvolver plástico 100% biodegradável a partir de resíduos da agroindústria e tornar o Brasil uma referência na prospecção de petróleo em águas profundas, imaginemos onde poderíamos chegar com um investimento condizente com os desafios contemporâneos?

A Ciência e a Tecnologia não são a causa da crise que enfrentamos, mas podem ser a solução para esta e para outras. É assim que elas devem ser encaradas pelo governo, por qualquer governo, sob o risco de perdermos gerações de cientistas e investimentos realizados até agora. Aliadas à Educação, permitirão ao Brasil desenvolver produtos de alto valor agregado, trazendo mais riqueza e bem-estar para o nosso país e deixando para trás a mentalidade extrativista. É o que o Brasil do futuro cobra de nós no presente.

*Rodrigo Maia (presidente da Câmara dos Deputados); e as lideranças Alessandro Molon (líder da oposição); Aguinaldo Ribeiro (da maioria); Jandira Feghali (da minoria); Paulo Pimenta (PT); Wellington Roberto (PL); Arthur Lira (PP); André de Paula (PSD); Baleia Rossi (MDB); Tadeu Alencar (PSB); Carlos Sampaio (PSDB); Jhonatan de Jesus (Republicanos); André Figueiredo (PDT); Elmar Nascimento (DEM); Augusto Coutinho (Solidariedade); Pedro Lucas Fernandes (PTB); José Nelto (Podemos); Ivan Valente (PSOL); André Ferreira (PSC); Daniel Almeida (PCdoB); Leandre (PV); Joenia Wapichana (Rede)

Fac-símile do artigo "A base do progresso", publicado na edição de 5 de novembro do jornal *O Globo* e assinado pelo presidente da Câmara e líderes de 21 partidos

Como resultado da articulação entre organizações científicas, deputados e senadores de diferentes espectros políticos, em 5 de novembro de 2019 foi publicado no jornal *O Globo* o artigo "A base do progresso" ([ver bit.ly/2KBn46b](http://bit.ly/2KBn46b)). Assinado por Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara dos Deputados, e outros 21 líderes partidários, o texto defende que investimentos em ciência, tecnologia e educação são cruciais para garantir o desenvolvimento econômico e devem ser vistos como solução para a crise que o país atravessa.

Para sustentar o argumento, o artigo lembra que antes de 1990 o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro era superior ao chinês, cuja economia, hoje, compete com a norte-americana. Para os autores do texto, a nova realidade foi possível devido ao investimento que o país asiático fez em ciência e tecnologia (C&T). A China investe hoje 10 vezes mais recursos do que o Brasil dedica à área. O artigo critica ainda as tentativas do governo federal de contingenciar os gastos em C&T e em educação por causa da crise econômica. Mais especificamente, o corte no orçamento da Coordenação de Aperfei-

çoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e que dá suporte aos cursos de pós-graduação do país, na qual 95% da pesquisa brasileira é produzida – e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – agência subordinada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), que é responsável pelo financiamento de projetos de investigação científica e pela concessão de bolsas de pesquisa. Os deputados signatários do artigo refutam a proposta de fusão das duas organizações e enfatizam que elas têm funções complementares e essenciais para o avanço da pesquisa científica nacional. A medida tem sido defendida pelo governo federal, sob a justificativa de que a unificação poderia trazer economia de recursos.

No artigo, os deputados também chamam a atenção para os riscos envolvendo a transferência da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “A desestruturação do sistema de P&D [pesquisa & desenvolvimento] ignora os caminhos apontados pela economia global”, avalia o texto, ao opinar que o relatório do Fórum Econômico Mundial divulgado em outubro reforça a importância de governos investirem em pesquisa científica e educação.

Gianna Sagazio, diretora de inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), explica que o artigo foi escrito a partir de reunião realizada em Brasília em novembro, como parte das atividades da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI). Desenvolvida há 11 anos, a iniciativa reúne cerca de 300 das principais lideranças empresariais do país e funciona como fórum de diálogo entre o setor empresarial, o governo, a academia e a sociedade civil (ver Pesquisa FAPESP nº 266). No encontro, estiveram presentes o presidente da Câmara dos Deputados, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), além de cerca de 100 deputados, 30 senadores e 250 líderes empresariais.

“Somos a nona economia do mundo e, ao mesmo tempo, ocupamos posições baixas em rankings de inovação”, observa Sagazio, que também responde pela coordenação executiva da MEI. “O Brasil está mal colocado em rankings internacionais de inovação, o que acaba influenciando negativamente a competitividade empresarial, além de prejudicar a geração de empregos”, enfatiza. Nesse sentido, a diretora da CNI menciona o relatório Global Innovation Index, que situa o Brasil no 66º lugar em uma lista de 129 países. “Nos últimos nove anos, o país caiu 19 posições.” Enquanto isso, destaca, países mais desenvolvidos, como China, Alemanha e Suíça, escolheram a inovação como principal eixo de desenvolvimento – no Brasil, investimentos em pesquisa ainda são considerados gastos. “As empresas não inovam sozinhas. Para desenvolver

um ambiente propício, é preciso criar um ecossistema e, por isso, buscamos ampliar o diálogo com os poderes Legislativo e Executivo”, diz.

De acordo com Sagazio, o encontro em Brasília aconteceu por iniciativa da suprapartidária Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação. Criada em julho e composta por 42 senadores e 165 deputados federais, a frente defende a importância de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação. “Na terceira reunião da frente, o senador Izalci Lucas [PSDB-DF], presidente da organização, solicitou um encontro com a MEI”, conta. As reuniões da MEI normalmente ocorrem em São Paulo, porém nessa ocasião o encontro foi realizado na sede da CNI, em Brasília. “No evento, defendemos a criação de uma política de inovação de Estado que apresente visão de longo prazo”, informa.

Precedendo o encontro da MEI com a Frente Parlamentar, Luiz Davidovich, do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IF-UFRJ) e presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), conta que distintas entidades científicas organizaram reuniões com deputados para tratar da importância dos investimentos em ciência. “Nesses encontros, lembrei como, em 2018, Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, enviou ao Congresso norte-americano um orçamento que previa cortes severos em C&T”, diz. Contrariando a proposta do Executivo, os parlamentares não apenas anularam o corte, como acrescentaram US\$ 20 bilhões ao orçamento destinado à C&T. “Nesses encontros, procuramos mostrar que, às vezes, é necessário contrariar as diretrizes que vêm do Executivo”, afirma.

Na mesma direção, a biomédica Helena Bonciani Nader, da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (EPM-Unifesp) e presidente de honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), lembra que o projeto de institucionalização do sistema nacional de C,T&I levou quase seis décadas para ser estabelecido e, hoje, corre o risco de desestruturação. “Sem ciência, nenhum país é economicamente viável. A média de investimentos das nações da OCDE [Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico] em ciência é de 2,2% do PIB, enquanto no Brasil o valor equivalente é de 1,1% do PIB”, diz ela, lembrando que esses dados foram apresentados a deputados e senadores em mais de uma dezena de reuniões ocorridas entre organizações científicas e parlamentares, ao longo deste ano. De acordo com Nader, a expectativa é de que o artigo publicado no *Globo* sensibilize as demais lideranças políticas sobre a importância da destinação de mais recursos para a área, na elaboração do orçamento de 2020. ■